

Coleginho decide no 1º escrutínio. Governador diz que vai pensar...

Fotos: Daniel Garcia

A professora Suely Villela, pró-reitora de Pós-Graduação, sagrou-se primeira colocada na lista tríplice elaborada, em 8/11, pelo restritíssimo colégio eleitoral do 2º turno do processo de escolha de Reitor da USP. O professor Adilson Avansi de Abreu, pró-reitor de Cultura e Extensão, conquistou o segundo lugar, seguido pelo professor Hélio Nogueira da Cruz, vice-reitor. Se tiver o nome confirmado pelo governador Geraldo Alckmin, a quem cabe a nomeação, a professora Suely será a primeira reitora da USP, sucedendo o professor Adolpho Melfi a partir do dia 26/11.

Os resultados do segundo turno representaram uma “virada”. A professora Suely, que recebera apenas 14 votos a menos do que o professor Hélio no primeiro turno, conquistou o primeiro lugar na lista já no primeiro dos três escrutínios, ao obter 154 votos, mais de 50% do número de eleitores (300). A votação do Vice-Reitor caiu a cada escrutínio: 122, 120 e 109, ao passo que a de Avansi quase duplicou, passando de 89 a 116 e, finalmente, 161 (confira na tabela).

Enquanto o processo ocorria no salão do Conselho Universitário (CO), manifestantes protestavam no gramado diante da Reitoria contra o sistema de escolha de Reitor, em que a comunidade não pode sequer participar de uma consulta, procedimento já adotado na Unesp e na Unicamp. O protesto foi convocado pelas entida-



Após vencer o segundo turno, a professora Suely declarou aos jornalistas que é preciso controlar as fundações. Na foto ao lado: protesto diante da Reitoria



des representativas: AduSP, Sintusp, DCE-Livre e APG, que defendem a realização de uma Estatuinte soberana e exclusiva, bem como eleições diretas para Reitor.

O atual processo de escolha é prerrogativa de dois colégios eleitorais formados majoritariamente por professores titulares, que são também os únicos que podem ser eleitos para comandar a universidade. No 1º turno, votam, em até três nomes, os membros das congregações das unidades e dos colegiados centrais, pela indicação dos 8 postulantes. No 2º turno, constitui-se um colégio eleitoral ainda menor, formado unicamente pelos colegiados centrais. Os professores

titulares mais votados no 1º turno disputam o 2º, do qual resulta, em até três escrutínios, a lista tríplice a ser enviada ao Governador.

Democracia já

Por volta das 14 horas, trinta minutos após o início do primeiro escrutínio, parte dos manifestantes, estudantes na sua maioria, dirigiu-se à entrada lateral do CO, situada à Rua do Anfi-teatro, e conseguiu abrir parte das grades que protegem a porta de vidro que dá acesso ao local da eleição. Imediatamente, seguranças e guardas universitários posicionaram-se do lado de dentro para impedir que os manifestantes entrassem.

Os números do 2º turno

Candidato	1º Escrutínio	2º Escrutínio	3º Escrutínio
Suely Villela	154	—	—
Avansi de Abreu	89	116	161
Nogueira da Cruz	122	120	109
Antonio Massola	50	106	105
Sedi Hirano	16	39	21
Walter Colli	11	11	10
Marcos Campomar	4	1	3
Francisco Rocco	3	1	2
Branços	370	126	95
Nulos	0	18	2
Total de votos	819	538	508
Total de eleitores	272	269	254

A frase “Diretas p/ Reitor” foi pichada na porta. A bandeira da USP hasteada num mastro próximo também recebeu inscrição de protesto: “Democracia já!”. Ao mesmo tempo, foram soltos balões, simbolizando a Campanha pela Democratização da USP, com idêntica inscrição, ao som da Carmi-

na Burana de Carl Orff. Após manifestação de lideranças, a ato foi encerrado.

Antes, por volta das 13h, os três representantes dos funcionários no colégio eleitoral do segundo turno (todos eles integrantes do CO) e vários representantes discentes (RDs) foram tempo-

continua na página 2...

...continuação da capa

rariamente impedidos de entrar na Reitoria, onde se postaram, além dos seguranças da USP, dois policiais militares. Rodolfo Vianna, diretor do DCE e conselheiro do CO, diz que não foram apresentados argumentos que justificassem a atitude.

Cardeais

Assim como muitos estudantes que participaram do protesto, boa parte dos RDs compareceu ao local de votação usando mitras de papel e trajando vestes que lembravam as usadas por membros da alta hierarquia da Igreja Católica, numa referência às similaridades entre o processo de escolha de Reitor e o conclave que eleger o Papa.

Em assembléia geral realizada na véspera do 2º turno, os estudantes da USP decidiram que seus representantes no colégio eleitoral não deveriam votar. Todos os RDs da graduação acataram a determinação da assembléia. No entanto, os RDs da pós-graduação, que se reuniram dentro da Reitoria para deliberar como atuariam, dividiram-se. Uma parte deles acatou a orientação, mas um grupo decidiu votar na pró-reitora de Pós-Graduação. Seus votos foram, portanto, decisivos para que Suely encaixasse a lista tríplice já no primeiro escrutínio, alcançando três votos a mais do que os 151 necessários. Esse número mínimo equivale a metade do total de possíveis eleitores mais um. Note-se que, no primeiro escrutínio, cada eleitor pôde votar em até três candidatos.

No segundo escrutínio, cada eleitor pôde votar em dois candidatos. Como nenhum dos candidatos alcançou 151 votos, foi necessário realizar o terceiro escrutínio, quando entram na lista tríplice, pela ordem, os dois primeiros colocados, independentemente dos votos obtidos.

Foi neste momento que ocorreu a maior surpresa do pleito: o professor Hélio, primeiro colocado no 1º turno, ingressou na lista tríplice em último lugar, com uma diferença de apenas quatro votos em relação ao professor Antonio Carlos Massola, coordenador do Espaço Físico da USP.

Controle das fundações

“Eu fui eleita pelas idéias [apresentadas]”, respondeu a Pró-Reitora, em entrevista coletiva, ao ser perguntada sobre o fato de poder vir a ser a primeira mulher a comandar a USP.

Suely disse ainda acreditar que tenha sido escolhida a primeira da lista por causa de sua luta contra os cursos pagos de pós-graduação na universidade. Porém, ela ressalta que “tem uma vertente da universidade” que defende a cobrança de taxas dos alunos. “Nós entendemos que as fundações têm um papel importante na universidade, na gestão tanto administrativa quanto financeira, mas não na questão do ensino”, declarou. “Por outro lado, temos que trabalhar com o controle das fundações. Hoje, a USP não tem nenhum órgão que regulamente as fundações. Isso é essencial”, ponderou a professora.

Ela ainda declarou que pretende, se escolhida Reitora, lançar uma discussão para adaptar os colegiados da universidade à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Quanto à possibilidade de haver consulta prévia à comunidade, ela diz que isso está inserido na discussão. “O Conselho Universitário é quem vai definir. Com certeza, precisamos rever esse nosso processo”.

“O saldo geral da eleição confirma a tradição de um



Representantes discentes e docentes durante o segundo turno: “cardeais” denunciaram, com bom humor, as distorções do processo eleitoral. Abaixo: Reitoria convocou PMs para “reforço”

processo extremamente fechado no qual as plataformas dos candidatos não são debatidas com profundidade pela comunidade”, comentou em mensagem eletrônica enviada aos delegados dos professores doutores o representante dessa categoria no CO, professor Luiz Menna-Barreto (EACH).

Não é o que pensa o reitor Adolpho Melfi. “O que determinados segmentos querem é que a Universidade de São Paulo faça eleição direta e paritária. Eu acho que isso dificilmente passará, sobretudo porque nós vemos que as universidades que fizeram isso tiveram nenhum sucesso”, afirmou o Reitor aos jornalistas, ressaltando que “determinadas mudanças”



podem ocorrer. “Por exemplo, atender aos números que a LDB coloca é viável de ser discutido”, disse.

“Espero que tenha sido a última eleição nos moldes atuais”, resume a professora Zilda Iokoi (FFLCH), representante dos professores associados no CO.

Respostas de Avansi e Sedi

Depois que entrou em circulação o *Informativo Adusp 202*, no qual foram publicados, na íntegra, os textos dos professores Hélio e Suely, o professor Adilson Avansi comunicou-nos que enviara seu texto em tempo hábil, porém para endereço eletrônico incorreto. Publicamos então a resposta do professor Avansi e republicamos as respostas dos professores Hélio e Suely no *Expresso Adusp 67*. O professor Sedi Hirano, diretor da FFLCH, telefonou para o presidente da Adusp, desculpando-se pelo fato de não ter conseguido enviar a tempo suas respostas.

Cabe lembrar, ainda, que o professor Antonio Massola, também convidado a se manifestar, não encaminhou nenhuma resposta.

As ameaças do PLC 30 sobre o Sistema Próprio de Previdência dos Servidores Públicos

O Projeto de Lei Complementar nº 30/2005, de autoria do governador Alekmin, continua a tramitar celeremente na Alesp.

Na visita feita pelo Fórum das Seis ao Legislativo, na semana passada, foi possível ter acesso ao parecer positivo de 8/11 do relator especial, deputado Cândido Vacarezza, sobre a criação da São Paulo Previdência (SPPREV), em substituição ao da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Consulta ao sítio da Alesp (www.al.sp.gov.br) mostra que o PLC nº 30 também já passou pela Comissão de Administração Pública, faltando apenas o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento (CFO), dentre as comissões de passagem obrigatória.

Parecer positivo

O parecer positivo do relator especial causa preocupação. Durante a tramitação em regime de urgência houve prazo de apenas um dia (!) para a proposição de

emendas, sendo que estas não abarcam todos, nem os principais aspectos negativos deste Projeto de Lei Complementar. Em especial o Artigo 27, já salientado no Informativo Adusp 201, não foi tocado. Este artigo, se aprovado, tornaria legal que os dispêndios com aposentadorias e pensões fossem considerados como recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e que continuassem a ser descontados das verbas totais, no caso, das universidades.

Quanto à gestão da SPPREV, as alterações introduzidas pelas emendas e acatadas pelo relator são altamente insuficientes, atenuando apenas marginalmente a prevalência do executivo estadual na estrutura de poder.

O Artigo 24 reza que a “SPPREV organizará a administração do RPPS e RPPM (regimes próprios de previdência dos servidores civis e militares, respectivamente)

com base em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir seu equilíbrio financeiro e atuarial...” e o Artigo 26 define que “receberá mensalmente remuneração correspondente à taxa de administração a ser definida em Ato do Poder Executivo...”

Vale lembrar que nas *Disposições Finais e Transitórias*, os artigos 39 e 40 dispõem que todo acervo técnico e documental referente às atividades que são atribuídas à SPPREV, assim como, mensalmente, informações relativas a dados cadastrais e folha de pagamento dos servidores públicos, ativos e inativos, deve-

rão ser transferidos à SPPREV por todos os órgãos, entidades e unidades dos três poderes, incluindo as autarquias, como é o caso das universidades.

Todos estes artigos deixaram de ser objeto de emendas. Houve emendas ao Artigo 32, que, acatadas pelo relator, melhoraram a proposição; referem-se à incorporação de “receitas decorrentes do reconhecimento do passivo atuarial de obrigação do Estado...” e à definição de que “o Tesouro do Estado deverá contribuir, mensalmente, com valor equivalente ou superior ao da contribuição do servidor ativo...”

Resta acompanhar se tal redação prevalecerá

Nosso acompanhamento do PLC 30 é de extrema importância, pois este projeto introduz aspectos tão nocivos ao funcionalismo público que se tem notícias de que até a própria base governista questiona tanto seu conteúdo como sua tramitação em regime de urgência. Isso tudo aumenta a probabilidade de interferirmos no PLC 30, mas é sempre bom lembrar que toda atenção é necessária, sobretudo por já estarmos no final do ano, período tradicionalmente utilizado pelo governo para aprovar seus petardos anti-sociais...

CARTA

Fundação Zerbini: esclarecimentos do promotor Bandeira Lins

“Cara jornalista, Li a matéria referente à Fundação Zerbini [Informativo Adusp 201]. Pareceu-me muito boa, mas, em respeito à verdade, devo esclarecer que a proposta segundo a qual eu teria o direito de conduzir o trabalho dos auditores não foi feita pelo professor Ramires (que não estava presente na última reunião do Conselho de que participei, a qual não teve quorum precisamente pela ausência dele e de outros médicos a ele ligados) e, sim, pelo dr. David Uip, superintendente do Incor. Penso que eu tenha, em nossa conversa telefônica,

dito exatamente quem fora o autor daquela proposta. Se não o fiz, peço-lhe desculpa.

Posteriormente à nossa conversa, veio a se esclarecer a questão de meu mandato no Conselho da Fundação Zerbini, após representação minha ao Ministério Público (a qual já estava em curso quando nos falamos, mas não tinha ainda chegado a seu fim). Documento apresentado pela Fundação ao Ministério Público veio a comprovar que meu mandato já terminara, uma vez que eu fora eleito para completar o mandato de um ex-conselheiro”.

Carlos Bandeira Lins, promotor do Estado, aposentado.

LO 2006 e a Assembléia Legislativa

Foi para dar continuidade à luta por uma expansão da Educação Superior Pública de boa qualidade no Estado de São Paulo que os representantes do Fórum das Seis retornaram, mais uma vez, à Alesp, no dia 9/11.

O objetivo central é não deixar cair no esquecimento que os “representantes do povo” têm a obrigação de se engajar no esforço por um financiamento condizente com a educação de qualidade e não apenas com as pretensões de utilizar as universidades estaduais, as Fatecs e as ETEs do Centro Paula Souza (Ceeteps) como peças de propaganda, do modo que vem sendo feito tanto pelo executivo estadual quanto por vários deputados.

Em reuniões anteriores, o Fórum das Seis já havia definido que o montante correspondente a 1% da Receita Líquida de Impostos deveria ser realocado à Educação por meio de emendas à Lei Orçamentária (LO 2006) e obtido o compromisso, de deputados

que se empenharam pelo aumento de 30% para 31%, durante a elaboração da LDO, de trabalharem neste sentido. Este pleito foi reforçado por integrantes do Fórum das Seis, onde quer que universidades ou Ceeteps tivessem unidades, em várias das 49 audiências públicas que a Comissão de Finanças e Orçamento (CFO) da Alesp realizou em muitas cidades das várias regiões do Estado, em particular numa das últimas, na cidade de São Paulo.

Remanejamento

Os recursos referentes a este 1%, de acordo com as estimativas, corresponderiam a R\$ 470 milhões, que repartidos segundo os critérios adotados na aprovação da LDO 2006 resultariam em cerca de R\$ 200 milhões a serem divididos entre as três universidades, da ordem de R\$ 110 milhões como suplementação ao Ceeteps e aproximadamente R\$ 160 milhões para a Educação Básica.

A Alesp parece estar caminhando para a construção de um consenso de que haverá propostas de remanejamento de recursos para atender as demandas expostas na série de audiências públicas sobre a LO 2006 e para prioridades expressas pelas diversas bancadas partidárias.

Audiência pública

A audiência pública sobre a incorporação de emendas, inicialmente prevista para o dia 8/11 e depois provisoriamente transferida para 17/11, deverá realizar-se na semana de 21/11, em data ainda a ser definida. A comunidade universitária precisa manter-se atenta e comparecer em bom número a este evento para aumentar a chance de que as propostas do Fórum das Seis para a educação sejam, de fato, contempladas na LO 2006. É sempre bom lembrar que 2006 é ano eleitoral e nossa luta, em especial o “poste eletrônico”, pode ter sensibilizado os deputados.

Greve das federais não sensibiliza o MEC

A greve dos docentes das universidades federais completou mais de dois meses, sem que o governo avance em sua proposta salarial. O MEC reapresentou à categoria proposta já rejeitada pelas assembleias de base, e sua intransigência levou o Comando Nacional de Greve do Andes-SN a divulgar uma *Carta a Entidades Nacionais e Internacionais*, na qual pede apoio ao movimento. Neste documento insere as dificuldades que a Educação atravessa no país no contexto mais amplo em que a Organização Mundial do Comércio (OMC) pleiteia sua inserção como serviço comercial a ser por ela regulamentado, no âmbito do Acordo Geral sobre o Comércio e Serviços (AGCS), e utiliza falsos argumentos como o suposto alto custo do ensino superior para privatizá-lo. Leia a seguir o último Comunicado Especial do CNG/Andes-SN, do dia 11/11/2005:

“A GREVE CONTINUA PORQUE O GOVERNO NÃO NEGOCIA

A greve nacional nas Instituições Federais de Ensino, deflagrada há mais de 70 dias, alcança hoje 39 instituições. O governo federal é o único responsável por esta situação que coloca em risco o processo de formação de milhares de estudantes, demonstrando mais uma vez sua incompetência,

impotência e arrogância na resolução de problemas que afetam a sociedade brasileira.

Insensível à grave situação salarial dos professores, o governo concedeu no início do ano um reajuste de 0,1%. Em 06 de junho o sindicato protocolou no MEC nossa pauta de reivindicações que não foi respondida pelo governo, levando a categoria a deflagrar a greve cerca de 90 dias após esta data. Durante o processo de negociação entre o Comando Nacional de Greve do ANDES-SN, que começou somente 31 dias depois de deflagrada a paralisação nas IFES, o MEC reapresentou três vezes uma proposta com as mesmas bases conceituais, ignorando a rejeição categórica das assembleias gerais realizadas em todo país.

O Comando explica que a proposta do governo não resolve nem aponta para uma solução de problemas históricos da categoria, como a perda gradativa do salário diante da inflação, a distorção salarial entre ativos, aposentados e pensionistas e a desigualdade, também salarial, entre docentes dos 1º, 2º e 3º graus. Além disto, as gratificações formam a maior parte do salário que, ao contrário do que alardeia o governo, são baixos e incompatíveis com a natureza do trabalho fazer acadêmico. Na verdade, a proposta do governo mantém a lógica de valorização de gratificações em detrimento do salário bá-

sico, ampliando distorções e dificultando ainda mais sua correção no futuro. No tratamento dispensado aos aposentados, fica evidente que o governo os considera um mero ônus orçamentário.

Por isso, o Comando Nacional de Greve do ANDES-SN reafirma seus princípios de luta em defesa da universidade pública e gratuita, pela valorização do trabalho

docente e pelo aumento da dotação orçamentária para as instituições federais de ensino, os quais só se concretizam por meio da valorização do salário, da remuneração igual para trabalho igual (isonomia), da equiparação dos salários entre ativos e aposentado (paridade) e da realização de concursos públicos para reposição e ampliação do quadro de professores.

O governo que gasta bilhões de reais (dólares) para manter uma política econômica e social que beneficia os interesses do capital, desconhece a cultura, o saber e o seu papel estratégico na construção do país. Os docentes continuarão na luta, a história saberá reconhecer quem efetivamente trabalha pelo país, pelo povo e por uma sociedade democrática.”

Organização social oferece cursos com a marca USP sem autorização

A Knowledge Academy Management (KAM), que se declara uma “organização social”, informa, em seu sítio na Internet, oferecer cursos em parceria com o Núcleo de Análise Interdisciplinar de Políticas e Estratégia (Naipe-USP). Mas a Pró-Reitoria de Pesquisa, responsável pelo núcleo, afirma que não há qualquer convênio com a KAM.

A KAM declara em seu sítio que sua mantenedora principal é a Alcântara Machado Feiras e Negócios, empresa que organiza alguns dos principais congressos e eventos do país. O Informativo Adusp apurou que o endereço de ambas é o mesmo, em Barueri, na Grande São Paulo.

“Não consta nenhuma informação sobre isso”, afirma o professor Luiz Nunes, pró-reitor de Pesquisa, quando questionado pela reportagem acerca da existência de convênio entre a USP e a KAM. Tampouco isso poderia ocorrer somente com a anuência do Naipe, diz o professor Nunes, já que os convênios devem passar pela Reitoria.

“Posso imaginar duas coi-

sas: pode ser que essa empresa esteja fazendo propaganda indevidamente, sem o respaldo [da universidade], ou pode ser que eles sejam uma das empresas conveniadas à Educon”, comenta, em referência ao curso à distância MBA em Gestão Empresarial Estratégica, que era oferecido por tal empresa, sediada em Curitiba, em parceria com o Naipe, até abril deste ano (*Informativo Adusp* 183).

R\$ 11 mil à vista

Porém, não há qualquer menção à Educon no sítio da KAM. Esta, ao contrário da empresa paranaense, não possui autorização para oferecer qualquer curso de nível superior, conforme informação transmitida pela assessoria de imprensa da Secretaria de Educação Superior do MEC (Sesu).

Embora o sítio da KAM divulgue 10 MBAs, apenas o de Gestão Empresarial é oferecido. Custando R\$ 11 mil à vista, tem a duração de 550 horas/aula. Outro curso oferecido, de Matemática Financeira, tem menor duração (apenas 48 horas/aula) e menor preço (R\$ 1.100, pagos em uma única

parcela). As aulas, que começam em 28/11, parecem ser ministradas em sistema similar ao do curso da Educon, em centros associados: há cerca de 10, inclusive em outros Estados.

Dos 36 professores listados no sítio da KAM, apenas dois integram o corpo docente da USP. Um deles é o professor José Augusto Guagliardi, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA). O professor é um dos coordenadores de projetos da Fundação Instituto de Administração (FIA), como informa o sítio www.fia.com.br/portalfia. Ele também deu aulas no antigo curso Educon-Naipe. Segundo um dos centros associados, ele é o responsável pela KAM.

De acordo com o sítio registro.br, onde estão disponíveis informações sobre cada um dos domínios de internet registrados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, o professor Guagliardi é o responsável pelo sítio da KAM. A reportagem tentou entrar em contato com o docente por telefone, mas, até o fechamento desta edição, não conseguiu falar com ele.

Sete chapas concorrem à direção do DCE

De 16/11 a 18/11, haverá eleição para a diretoria do DCE-Livre Alexandre Vanucchi Leme. Sete chapas concorrem: “Adeus Lênin!”, “Educação pela Pedra”, “Lado B-Oposição”, “Primavera nos dentes”, “Refazendo”, “Rom-

pamos as velhas engrenagens”, “Território Livre”. A posse da nova diretoria ocorre no dia 20/11, durante o Conselho de Centros Acadêmicos (CCA), que provavelmente realizar-se-á na Faculdade de Saúde Pública.